



Fadesp

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

INSTRUMENTO CONVOCATORIO DE SELEÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA DE FORNECEDORES Nº 90003/2026

Processo nº 23521/2025

A COMISSÃO DE SELEÇÃO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA, designada pela Portaria nº 019/2025 –DE, de 19 de setembro de 2025, doravante denominada COMISSÃO DE SELEÇÃO, informa que está aberto processo de SELEÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA DE FORNECEDORES, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM (EVIDENCIADO PELA MENOR TAXA ADMINISTRATIVA)**, para “**AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO (GASOLINA, ÁLCOOL, DIESEL), VIA CARTÃO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, COM MENOR TAXA DE AGENCIAMENTO, COM DISPONIBILIDADE DE ATENDIMENTO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, ALÉM DOS MUNICÍPIOS BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA, CASTANHAL, BARCARENA E MARABÁ.**”. Esta seleção está regida pelo Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014 e no que couber pela legislação complementar aplicável e pelas condições estabelecidas no presente instrumento. **Por não haver módulo específico para esta tramitação utilizaremos o módulo de Pregão Eletrônico apenas para operação do certame.**

Disponível em: Serviços do Fornecedor na última opção: Dispensa/Licitação Eletrônica Novo

SEÇÃO I- INFORMAÇÕES GERAIS

Instrumento de Seleção Publicação de Fornecedor Nº 90003/2026

FORMA: ELETRÔNICA

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

DATA E HORÁRIO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: da publicação do instrumento até às 10:00 horas do dia 20/02/2025.

DATA E HORÁRIO DE DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: a partir das 10:00 horas do dia 20/02/2025. **ATRAVÉS DO SITE:** www.comprasgovernamentais.gov.br colocar o acesso módulo **PREGÃO ELETRÔNICO.**

A Seleção será realizada considerando o objeto como item único.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília. Pregão Eletrônico (Atenção por não possuir módulo específico para Seleção iremos utilizar o módulo de Pregão Eletrônico).

SEÇÃO II – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta seleção à **MENOR PREÇO POR ITEM (EVIDENCIADO PELA MENOR TAXA ADMINISTRATIVA)**, para “**AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO**

(GASOLINA, ÁLCOOL, DIESEL), VIA CARTÃO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, COM MENOR TAXA DE AGENCIAMENTO, COM DISPONIBILIDADE DE ATENDIMENTO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, ALÉM DOS MUNICÍPIOS BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA, CASTANHAL, BARCARENA E MARABÁ, conforme especificações técnicas constante no Termo de Referência, **Anexo I** deste Instrumento Convocatório.

2.2. O Instrumento Convocatório, juntamente com os anexos, estará disponível nos sites www.comprasnet.gov.br e www.fadesp.org.br, sendo que os interessados deverão ler atentamente todo o Instrumento Convocatório e seus anexos bem como acompanhar o andamento no site da www.comprasgovernamentais.gov.br modulo Pregão eletrônico, *Dispensa/Licitação Eletrônica Novo, sendo ônus do interessado acompanhar o andamento do processo de seleção, sendo ônus do interessado em acompanhar o andamento do processo de seleção.*

SEÇÃO III- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste processo de seleção as empresas que:

3.1.1. Comprovem o atendimento às condições de habilitação deste Instrumento Convocatório e de seus anexos;

3.1.2. Estejam devidamente credenciadas, por meio do endereço eletrônico

3.2. Não poderão participar deste processo de seleção:

3.2.1. Empresas que se encontrem em regime de concordata ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução e liquidação, em recuperação judicial ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.2.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Município ou do DF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

3.2.3. Empresas que estejam suspensas ou impedidas de contratar com a FADESP;

3.2.4. De servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante ou responsável pela seleção.

3.2.5 Empresas qual possua administrador ou sócio com poder de direção que mantenha relação de parentesco, inclusive por afinidade até o terceiro grau com dirigente da Fundação, da UFPA, da PCT Guamá.

3.3 Como condição para participação no Processo, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se couber;

3.3.2. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.3.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.3.4. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.3.5. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.7. que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.3.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

Seção IV- DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, as empresas interessadas em participar deste Processo Seletivo deverão dispor de chave de identificação e de senha, obtidas junto ao Portal Compras Governamentais (endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do fornecedor, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Fadesp e, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3. A SLTI/MPOG atuará como órgão provedor do sistema eletrônico de Pregão Eletrônico.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

SEÇÃO V - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

5.1. Os pedidos de esclarecimentos ao instrumento convocatório devem ser apresentados no prazo mínimo de até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão de lances.

5.1.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento Convocatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos previstos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do órgão ou entidade.

5.1.2. Os pedidos de esclarecimento sobre o processo de seleção deverão ser enviados a Comissão de Seleção, exclusivamente, por meio eletrônico no endereço sli@fadesp.org.br.

5.2. O pedido deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

- 5.2.1. Número do Instrumento Convocatório;
- 5.2.2. Nome, e-mail e telefone da empresa;
- 5.2.3. Nome do signatário;
- 5.2.4. Razões dos esclarecimentos.

5.3. Caberá à Comissão de Seleção, receber e responder os pedidos de esclarecimentos.

5.4. O prazo para que a Comissão de Seleção possa decidir sobre o esclarecimento é de 1 (um) dia útil, podendo o certame ser suspenso para análise do pedido.

SEÇÃO VI- DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A empresa deve atender integralmente aos Anexos I e II deste Instrumento Convocatório.

6.2. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Incumbirá, ainda, ao interessado acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Processo de Seleção, na forma eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Após a divulgação do Instrumento Convocatório, no endereço eletrônico, os interessados deverão encaminhar proposta com a descrição detalhada e o preço ofertado até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – www.comprasnet.gov.br.

6.4.1. Após cadastro da proposta no Comprasnet, e até a data marcada para abertura da sessão pública, os interessados poderão apresentar, substituir ou retirar sua proposta do portal www.comprasgovernamentais.gov.br

6.4.2 Deverá ser preenchido o campo das declarações solicitadas no portal www.comprasgovernamentais.gov.br

6.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Instrumento Convocatório e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.7. O preço proposto, seja através da apresentação da proposta ou na forma de lances, será de exclusiva responsabilidade do interessado, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Presidente, ocasião em que será analisada a aplicabilidade de penalidades.

6.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Comissão de Seleção e os interessados ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via “chat”, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.10. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores concorrerão com a apresentação, na forma eletrônica e por meio do site Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br), de lances públicos, sucessivos e decrescentes.

6.10.1. Iniciada a fase competitiva, o fornecedor somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

6.10.2. Será admitida a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados intermediários os lances cujos valores forem iguais ou superiores ao menor já ofertado **e inferiores ao último lance que tenha sido ofertado e registrado no sistema pela própria licitante;**

6.10.3. Entende-se como **Taxa de Administração** o percentual (com duas casas decimais) a incidir sobre a somatória dos valores referentes aos combustíveis adquiridos via cartões.

6.11. O sistema informará o valor mínimo entre os lances que corresponderá a 0,01% (um por cento) da diferença entre os valores das duas propostas de maior vantajosidade classificadas para a etapa competitiva.

6.12. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do interessado, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.12.1. Decorrido o prazo fixado, a Comissão de Seleção encerrará a fase de lances.

6.12.3 - As propostas de preços deverão preencher os seguintes requisitos:

- A) Ser apresentada em 1 (uma) via, em idioma nacional, em papel timbrado da empresa ou identificada com carimbo padronizado do CNPJ, sem ressalvas, emendas ou rasuras devendo suas folhas ser rubricadas e a última assinada por quem de direito.
- B) Que os serviços a serem prestados deverão atender as seguintes especificações: **fornecimento com faturamento mensal de combustível (gasolina/diesel) até o final do recurso, podendo ser prorrogado por igual período;**
- C) Que o fornecimento de combustível para os veículos cadastrados no sistema de gerenciamento eletrônico deverá ocorrer em rede de estabelecimentos credenciados **24 horas, 7 dias da semana, não sendo admitido valor diferente do cobrando pelo estabelecimento ou qualquer cobrança extra;**
- D) Que o fornecimento será efetuado pelos postos de revenda credenciados, não se admitindo recusa da parte daquela em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada ou que seja cobrado ;
- E) Todos os combustíveis deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).**
- F) A **CONTRATADA** deverá fornecer a identificação do posto, informação do volume abastecido, data e hora de abastecimento **COM FATURAMENTO MENSALMENTE;**
- G) A **CONTRATADA** deverá arcar com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes;
- H) **Não serão aceitos boletos. O faturamento deverá ser via fatura mensal conforme utilização;**
- I) **A FADESP não possui frota de veículos, assim, esta contratação é para veículos alugados ou disponíveis nos Campus das IFES.**

6.13 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.14 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição

de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

- 6.15 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.16 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Comissão de Seleção e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.17 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a) O **valor global da proposta**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
 - b) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

SEÇÃO VII- DO ENVIO DA PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS APÓS A FASE DE LANCES

7.1. A proposta vencedora bem como os documentos de habilitação neste instrumento solicitado, depois de ajustada ao último lance ofertado, deverá ser enviada a FADESP (endereço a Comissão de Seleção) **no prazo máximo de 03 (três) horas contados do final da Sessão Pública** (Fase de lances), pelo e-mail: sli@fadesp.org.br, podendo a critério da Comissão de Seleção, convocar mais de uma empresa após o término da disputa dos lances, a apresentar propostas seguindo a ordem crescente de classificação para serem analisadas de uma só vez, otimizando perdas de tempo caso o menor preço não atenda ao instrumento, tendo estas o mesmo prazo de duas horas para envio após a convocação.

7.1.2. Se a proposta não for enviada dentro do(s) prazo(s) determinado(s) será desclassificada.

7.2. A proposta deverá ser apresentada, de acordo com as exigências abaixo listadas (conforme modelo de Proposta constante do Anexo II):

7.2.1. Declarar o prazo de validade da proposta, que não deve ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data de sua apresentação;

7.2.2. Declarar nome da instituição bancária, número da agência e da conta através da qual deverá ser efetuado o pagamento, caso o fornecedor seja o vencedor do certame;

7.2.3. Declarar na proposta os seguintes dados do fornecedor: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento, endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, bem como, nome, estado civil, profissão, CPF/MF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo do responsável na empresa;

7.2.4. Declarar que o prazo de início do fornecimento dos combustíveis será em até **15 (quinze) dias** corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento ao contratado na forma eletrônica;

SEÇÃO VIII – DA NEGOCIAÇÃO

8.1. A Comissão de Seleção poderá encaminhar contraproposta diretamente ao fornecedor que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, bem como a qualidade do produto certificado.

8.2. A Comissão de Seleção da FADESP sempre poderá negociar condições mais vantajosas com o interessado mais bem classificado, e com os demais participantes da seleção pública respeitada a ordem classificação inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação for desclassificado por sua proposta permanecer acima do orçamento estimado.

SEÇÃO IX- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O interessado que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

9.2. As propostas serão julgadas com base no **critério de MENOR PREÇO POR ITEM (EVIDENCIADO PELA MENOR TAXA ADMINISTRATIVA)**.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) omitirem ou descumprirem quaisquer das exigências do presente Instrumento Convocatório, sempre observado o princípio da razoabilidade;
- b) as propostas com valor global superior ao estimado pela FADESP;
- c) **que apresentem preços inexequíveis,** assim considerados, valores unitários e/ou global inferiores a 70% do correspondente valor orçado pela Administração;

9.4. Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

9.5. A Comissão de Seleção poderá solicitar parecer técnico da Comissão Técnica devidamente designada para classificar a proposta apresentada;

9.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais de propriedade do fornecedor, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.7. Se a proposta não for aceitável ou se o fornecedor não atender às exigências de habilitação, a Comissão de Seleção examinará a proposta subsequente e, assim

sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Instrumento Convocatório.

9.8. Analisada a aceitabilidade do preço obtido, a Comissão de Seleção divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

9.10. Que não possuam sistema compatível para gerenciamento mensal com a demonstração dos gastos e faturamento mensal do que for consumido.

SEÇÃO X – DA HABILITAÇÃO

10.1. Como requisitos de habilitação, após encerrada a etapa de aceitação da proposta os fornecedores deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal, Qualificação Econômico-Financeira e qualificação técnica. Caso o fornecedor já esteja cadastrado no SICAF e em situação regular devem ser encaminhados aqueles documentos que não se encontram no SICAF e estão listados abaixo:

10.1.1. Habilitação jurídica:

- a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- b) em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) no caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) Emitir declaração de que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela Administração Pública.

10.1.3. Regularidade fiscal:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e relativa à Seguridade Social (INSS), comprovada mediante o fornecimento de Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União prevista no Decreto 5586/2005;

- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

10.1.4. Qualificação Técnica

- a) **Atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatível em quantidade e característica com o objeto desta seleção.**

10.1.5. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Apresentar Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida no prazo de **90 (noventa) dias**.

10.2 Apresentar declaração de Regularidade Trabalhista comprovada através da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista), ver Lei 12.440/2011.

10.3 Apresentar consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU no site <http://www.portaltransparencia.gov.br> e comprovando a inexistência de registros impeditivos será habilitada.

10.4 Apresentar consultas da empresa que constem do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.5. Os fornecedores que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, de acordo com as diligências da Comissão de Seleção.

10.6. Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as declarações cadastradas no sistema COMPRASNET.

10.7. Todos os documentos deverão estar em nome do fornecedor, no caso da qualificação técnica. Se o fornecedor for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

10.8. Caso o interessado mais bem classificado, não atenda as exigências de habilitação, a Comissão de Seleção da Fadesp irá convocar os demais participantes, na ordem de classificação, para apresentar documentação necessária a habilitação.

10.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas, sendo

facultado à administração convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

10.10. No julgamento da habilitação, a Comissão de Seleção de Fornecedores poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.11 Em se tratando de participante empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes;

SEÇÃO XI- DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata e motivada em campo próprio do Sistema Eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

11.2. A Comissão de Seleção examinará a intenção de recurso aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, com a indicação em campo próprio do Sistema.

11.3. Será concedido ao fornecedor que tiver a sua manifestação de intenção aceita, o **prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso**, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. O processo ficará na Fadesp – no setor de Licitação e poderá ser franqueado ao interessado com acompanhamento de membro da comissão de seleção da Fadesp para extração das cópias que considerar necessárias.

11.4. Os demais fornecedores ficam, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões no mesmo prazo, a contar do término do prazo do fornecedor vencedor recorrente, sendo-lhes assegurada vista aos autos.

11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIII- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Não havendo recurso, a Comissão de Seleção encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação do objeto do Processo Seletivo à empresa declarada vencedora e homologação do processo seletivo.

13.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

SEÇÃO XV - DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será feito, por meio de crédito em conta corrente do favorecido, até o 07º (sétimo) dia útil do mês àquele a que se referir à entrega, a contar do certificado de que os fornecimentos foram aceitos, mediante apresentação da Nota Fiscal de

venda/Fatura discriminativa respectiva Ordem de Fornecimento e, dos comprovantes de recolhimento de encargos sociais e, quando for o caso, de multas aplicadas.

15.2. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

15.3 A empresa quando da apresentação da Nota fiscal **deverá indicar obrigatoriamente** a qual dotação orçamentária se refere o pagamento, utilizando para isso o numero da ordem de fornecimento recebida na assinatura do contrato e o número do convênio da financiadora também indicado na ordem de fornecimento, sob pena de devolução da nota fiscal para o devido ajuste.

SECAO XVI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta do recurso do Convênio 5720 UFPA/FADESP-CRDH MARAJO (CONTRATO 127/2024), Rubrica 339030 material de consumo, elemento de despesa específica.

SEÇÃO XVII- DA CONTRATAÇÃO

17.1. - Homologado o resultado do Processo de Seleção de Fornecedores, será emitido na forma eletrônica ao licitante vencedor a Ordem de Fornecimento de acordo com os dados fornecidos pela empresa nos autos do processo. Se fazendo necessário, portanto, a confirmação de entrega no campo específico do sistema de compras da FADESP usando login e senha.

17.2. - A execução do Contrato, entendendo-se como tal o recebimento e cumprimento da Ordem de Fornecimento, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas normas e exigências estabelecidas neste Instrumento Convocatório e pelos princípios previstos no §2 do art 1 do Decreto 8.241 de 21/06/2014 , os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

17.3. A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias desde que sejam acordados entre as partes.

SEÇÃO XVIII- DAS SANÇÕES DO PROCESSO.

18.1. Cometer infrações, o fornecedor que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, e/ou deixar de retirar na forma eletrônica a ordem de fornecimento;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o processo ou apresentar documento falso;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do processo seletivo sem motivo justificado;
- d) não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) fraudar o processo seletivo;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

g) não realizar ou atrasar o prazo da entrega do objeto desta contratação;

18.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos participar de processo seletivo de fornecedores com a Fadesp :

a.1 No caso de recusa injustificada da empresa adjudicatária em firmar o termo de contrato;

a.2) Caso de a empresa vencedora não regularizar a documentação relativa à regularidade fiscal;

b) No caso de inexecução total ou parcial das condições acordadas, a FADESP, poderá, garantida prévia defesa, ainda aplicar as seguintes penalidades:

- a) Multa moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do Contrato (Ordem de Fornecimento), por dia de atraso na entrega dos produtos que exceder o prazo previsto na proposta da licitante;
- b) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da proposta, em caso de recusa no recebimento da Ordem de fornecimento;
- c) Multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor da proposta em caso de inviabilidade da assinatura do contrato (recebimento da Ordem de Fornecimento), por culpa da empresa vencedora;
- d) Multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor da proposta pelo não cumprimento dos requisitos de habilitação, no momento da emissão da Ordem de Fornecimento;
- f) rescisão do Contrato com as consequências previstas na legislação vigente.

18.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta de contrato.

SEÇÃO XIX- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FADESP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de seleção.

19.2. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo de seleção.

19.3. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Seleção.

19.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada à sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão de Seleção em contrário.

19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Instrumento Convocatório e seus Anexos, será excluído o dia do início e incluído o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FADESP.

19.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do fornecedor, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de processo de seleção.

19.7. As normas que disciplinam este processo de seleção serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

19.8. Da sessão pública será lavrada ata, registrada e disponibilizada por meio do módulo Pregão Eletrônico do Comprasnet, através do sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

19.8.1. Na ata constará registrado todos os atos praticados na sessão pública, tanto pela Comissão de Seleção quanto pelos fornecedores que registraram proposta no sistema, do julgamento das propostas, das negociações, da análise da documentação de habilitação da(s) vencedora(s) e do(s) recurso(s) interposto(s), se for o caso.

19.9. É facultado a COMISSÃO ou à autoridade superior, em qualquer fase do processo de seleção, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada ao fornecedor a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da PROPOSTA DE PREÇOS ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

19.10. Os fornecedores intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela COMISSÃO ou à autoridade superior, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.11. As normas que disciplinam este processo de seleção serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os fornecedores, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.12. No julgamento da habilitação e das PROPOSTAS DE PREÇOS, a COMISSÃO poderá sanar erros e falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.13. Quaisquer informações, com relação a este Instrumento Convocatório e seus Anexos, poderão ser obtidas através do endereço eletrônico sli@fadesp.org.br e compras@fadesp.org.br, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet (www.comprasnet.gov.br) ou no site da Fadesp www.fadesp.org.br

19.14. Todas as informações, atas e relatórios pertinentes ao presente processo de seleção serão disponibilizadas no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

19.15. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Instrumento Convocatório ou o Contrato vinculado a esta seleção, o fornecedor deve se subordinar ao foro da Justiça Comum, Seção Judiciária de Belém/PA, Subseção Judiciária, com exclusão de qualquer outro.

SEÇÃO XX- ANEXOS

20.1. São partes integrantes deste instrumento convocatório:

20.1.1. Anexo I- Termo de Referência;

20.1.2. Anexo II- Modelo de Proposta Comercial;

20.1.3 – Anexo III – Minuta de Contrato

Belém, 28 de janeiro de 2026.

PAULA ROBERTA DE C MONTEIRO
Comissão de Seleção Publica

DARCIANE CALDAS LÉLIS
Comissão de Seleção Publica

RAQUEL DE SOUZA LIMA
Comissão de Seleção Publica

MICHELLY DE LIMA BAIA
Comissão de Seleção Publica

SANDRA MARIA NASCIMENTO DE ANDRADE
Comissão de Seleção Publica

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

1 OBJETO

Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível, por meio da implantação e operação de um sistema de gerenciamento informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado e com disponibilidade de rede credenciada de postos de combustíveis nas seguintes regiões do estado do Pará: Arquipélago do Marajó, além dos municípios Belém e Região Metropolitana, Castanhal, Barcarena e Marabá, com emissão de, pelo menos, 02 (dois) cartões, conforme especificações constantes deste Termo de Referência

2 JUSTIFICATIVA

A contratação de combustível é essencial para a plena execução das atividades do Projeto CRDH Marajó, considerando a realidade geográfica da região, marcada por grandes distâncias, difícil acesso terrestre e a predominância de transporte fluvial e rodoviário. O combustível será utilizado para o deslocamento das equipes técnicas, de apoio e de parceiros institucionais, possibilitando a realização de atendimentos, visitas de campo, oficinas, reuniões comunitárias e demais ações previstas no planejamento do projeto.

Trata-se de insumo indispensável para garantir o alcance das comunidades em situação de vulnerabilidade social e de direitos, localizadas em áreas rurais, ribeirinhas e de difícil acesso no arquipélago do Marajó, assegurando a efetividade das atividades de promoção, defesa e fortalecimento dos direitos humanos.

Assim, a contratação de combustível justifica-se como medida necessária e estratégica para a continuidade e eficiência das ações do Projeto CRDH Marajó, contribuindo diretamente para a execução do objeto e o cumprimento das metas pactuadas.

3 QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

Aquisição de combustível tipo (gasolina, etanol e diesel), via cartão de abastecimento de combustível, com menor taxa de agenciamento, com disponibilidade de atendimento nos municípios dos estados do Pará. Com emissão de, pelo menos, 02 cartões, com limite de abastecimento mensal de R\$ 14.166,66 cada, para uso no período de 09 meses, março/2026 a novembro de



Fadesp

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

2026, considerando a prorrogação do projeto. O valor total desta contratação R\$ 255.000,00.

- 3.1 Os serviços a serem prestados deverão atender as seguintes especificações: fornecimento mensal de combustível (gasolina, etanol ou diesel) no valor de até R\$ 28.333,33 (vinte e oito mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).
- 3.2 O condutor deverá ter sua identificação validada, através de senha pessoal, durante a execução dos abastecimentos na rede de postos credenciados pela **CONTRATADA**, sendo de responsabilidade da mesma a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento.
- 3.3 O fornecimento de combustível para o cartão cadastrados no sistema de gerenciamento eletrônico deverá ocorrer em rede de estabelecimentos credenciados 24 horas, 7 dias da semana.
- 3.4 O fornecimento será efetuado pelos postos de revenda credenciados, não se admitindo recusa da parte daquela em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.
- 3.5 Todos os combustíveis deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**.
- 3.6 A **CONTRATADA** deverá fornecer a identificação do posto, informação do volume abastecido, data e hora de abastecimento.
- 3.7 A **CONTRATADA** deverá arcar com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes.
- 3.8 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar atendimento 24 horas, 07 dias por semana através de linha telefônica.
- 3.9 A **CONTRATADA** deverá fornecer cartão de identificação do motorista com sua senha, que possibilite em tempo de efetuar a transação de abastecimento, identificar o motorista com seus dados cadastrados no sistema da contratada.

4 FORNECIMENTO

- 4.1 Os quantitativos a serem contratados serão de, no máximo, o valor mensal especificado no item 3, subitem 3.1, deste termo de referência, para **FORNECIMENTO PARCELADO**, em atendimento as demandas do Projeto.
- 4.2 O Sistema Tecnológico Integrado da **CONTRATADA** deverá disponibilizar informações detalhadas sobre os abastecimentos de combustíveis, organizadas em relatórios para facilitar a conferência dos valores a serem pagos nas notas fiscais.
- 4.3 O controle de abastecimento deverá ser por cartão magnético entregue para o condutor do projeto e ter o uso liberado por senha individual.
- 4.4 Para o cartão magnético deverá ser permitido o bloqueio/desbloqueio/troca de senha em tempo real para gerenciamento, ações pró-ativas e acompanhamento

por parte da **CONTRATANTE**.

- 4.5** Os cartões de abastecimento da **CONTRATANTE** terão um limite de crédito, estabelecido pela mesma, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do Administrador do Contrato. A rede credenciada que fizer atendimentos sem a devida cobertura de crédito será de total responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 4.6** O sistema da **CONTRATADA** deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:
- Identificação do posto (nome e endereço);
 - Tipo de combustível;
 - A data e hora da transação;
 - Quantidade de litros;
 - Valor da operação.
- 4.7** Os relatórios gerenciais deverão ser disponibilizados para consulta via WEB, atualizadas em tempo real, permitindo a identificação, inclusive, a média de consumo de cada veículo, entre abastecimentos, assim como a data e a hora dos abastecimentos.
- 4.8** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatórios mensais, com as informações acumuladas a partir da contratação dos serviços, contendo:
- Histórico das operações realizadas pela frota, contendo:
 - Data;
 - Hora;
 - Identificação do estabelecimento;
 - Identificação do condutor;
 - Quantidade em litros adquiridos;
 - Valor total da operação em R\$ (reais);
 - Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado.
- 5 DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO E LOCAIS DE ENTREGA DO OBJETO**
- 5.1** A **CONTRATADA** deverá ter estabelecimento fornecedor credenciado situado nos municípios conforme especificado no item 1, subitem 1.1 deste termo de referência.
- 5.2** O prazo de fornecimento dos COMBUSTÍVEIS será pelo período de 09 meses a contar do contrato. O fornecimento dos **COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ETANOL e DIESEL)** se iniciará imediatamente após a assinatura do contrato, contra recibo da **CONTRATANTE**, de acordo com a quantidade solicitada, devendo este ser cumprido pela **CONTRATADA**, sob pena de rescisão e demais sanções previstas neste Edital, no contrato e na Lei de Licitações e Contratos e alterações.
- 5.3** A **CONTRATADA** garantirá a entrega de combustíveis até completar a quantidade a ser fornecida, distribuído de forma parcelada durante o período de vigência do contrato, sempre para abastecimento.

5.3.1 A **CONTRATADA** efetuará o **FATURAMENTO MENSAL** do consumo, devendo este corresponder ao combustível utilizado no mês, limitado ao valor determinado por cartão.

5.4 A **CONTRATADA** comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos combustíveis fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou contaminado sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade constantes dos Regulamentos Técnicos da ANP, facultando à contratante, execução e/ou acompanhamento de testes periódicos de qualidade dos produtos, bem como acesso às notas fiscais/faturas fornecidas pelas distribuidoras.

5.5 A **CONTRATANTE**, com base em sua demanda, poderá solicitar o fornecimento dos **COMBUSTÍVEIS** a que se refere em dias úteis e não úteis.

6 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 A **CONTRATADA** deverá executar fornecimento dos **COMBUSTÍVEIS** em seus estabelecimentos fornecedores credenciados mediante a apresentação de cartão magnético pelo responsável (motorista) da **CONTRATANTE**, especificando a data e hora do fornecimento e quantidade de combustível fornecida.

7 DOS RESPONSÁVEIS PELA SOLICITAÇÃO E RECEBIMENTO

Paula Regina Benassuly Arruda

Fone: +33 7 84 41 43 28

E-mail: paularruda@ufpa.br

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com recursos do Projeto 5720 - UFPA/FADESP-CRDH MARAJÓ

8 IMPLANTAÇÃO

8.1 O prazo máximo de implantação do sistema de gerenciamento de frota e disponibilidade dos cartões para abastecimento deve ser de 15 dias.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Fiscalizar os serviços prestados pelos postos credenciados, com o objetivo de garantir um nível satisfatório de qualidade, compreendendo a disponibilização de equipamentos, de horários de funcionamento e presteza no atendimento.

9.2 Conforme a necessidade da **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, ser efetivado o credenciamento de novos postos pela **CONTRATADA**.



Fadesp

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

9.3 Acompanhar a divulgação dos postos autuados e/ou interditados pela ANP por problemas de qualidade do combustível fornecido, e divulgar imediatamente ao gestor do contrato, devendo providenciar o novo credenciamento para substituir o anterior no prazo de 15 (quinze) dias.

9.4 Fornecer e/ou repor, sem ônus para a **CONTRATANTE**, os cartões eletrônicos na quantidade equivalente à frota desta.

9.5 Arcar com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes.

9.6 Executar o treinamento para os gestores, operadores e usuários do sistema, objeto deste contrato.

10 OUTRAS CONDIÇÕES

10.1 O critério de escolha será por oferta da menor taxa de administração em percentual para prestação do serviço de gerenciamento do abastecimento de combustíveis.

10.2 A taxa de administração deverá conter no máximo 03 (três) casas decimais.

10.3 O faturamento deverá ser feito mensalmente, logo após o encerramento do mês, exceto no último mês do contrato em que a fatura precisa ser emitida 15 (quinze) dias antes do seu término.

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Instrumento Convocatório de Processo de Seleção nº 90003/2026

Abertura: / /2026, às 10:00 (*horário de Brasília*)

UASG: 925848

Nos termos do Instrumento Convocatório de Processo **Seleção Publica nº 90003/2026** realizado para **“AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO (GASOLINA, ÁLCOOL, DIESEL), VIA CARTÃO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, COM MENOR TAXA DE AGENCIAMENTO, COM DISPONIBILIDADE DE ATENDIMENTO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, ALÉM DOS MUNICÍPIOS BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA, CASTANHAL, BARCARENA E MARABÁ”**

”, a empresa, apresenta proposta comercial:

a) Declarar o prazo de validade da proposta, que não deve ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data de sua apresentação;

b) Declarar nome da instituição bancária, número da agência e da conta através da qual deverá ser efetuado o pagamento, caso o fornecedor seja o vencedor do certame;

c) Declarar os dados do fornecedor: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento, endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, bem como, nome, estado civil, profissão, CPF/MF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo do responsável na empresa;

d) Declarar que os serviços finais deverão ser executados em até **15 (quinze) dias** corridos, antes do término do contrato especificado no Termo de Referência;

- e) Declarar que os serviços a serem prestados deverão atender as seguintes especificações: fornecimento mensal de combustível (gasolina / diesel/ etanol) até **11/2026 ou até o final do recurso.**
- f) Declarar que o fornecimento de combustível para os veículos cadastrados no sistema de gerenciamento eletrônico deverá ocorrer em rede de estabelecimentos credenciados 24 horas, 7 dias da semana;
- g) Declarar que o fornecimento será efetuado pelos postos de revenda credenciados, não se admitindo recusa da parte daquela em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;
- h) Declarar que todos os combustíveis será fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- i) Declarar que a CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes;
- j) Declarar que a CONTRATADA fornecerá o cartão de identificação do motorista com sua senha, que possibilite em tempo de efetuar a transação de abastecimento, identificar o motorista com seus dados cadastrados no sistema da contratada.

PLANILHA DE PREÇOS:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unit.	Valor total
01				
Valor global				

Cidade/Estado, (dia) de (mês) de 2026.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM
A FUNDAÇÃO DE AMPARO E
DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA –
FADESP E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A **FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Cidade Universitária “Prof. José da Silveira Netto”, na Rua Augusto Correa, s/n, Bairro do Guamá, Belém - Pará, CEP. 66.075-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.572.870/0001-59, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato, representada pelo seu Diretor Executivo, Prof. Dr. **ROBERTO FERRAZ BARRETO**, reconduzido pela Portaria do Magnífico Reitor da UFPA nº 2594/2022, de 20/07/2022, e de outro a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada em [endereço], Cidade/UF, CEP xx.xxx-xxx, inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada pelo **Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que se regerá pelos termos do Instrumento Convocatório de Seleção Pública de Fornecedores Nº 90003/2026, do Termo de Referência, do Decreto nº 8.241/2014, da Lei nº 14.133/2021 e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de **fornecimento de combustíveis automotivos (gasolina, etanol e diesel), por meio da implantação e operação de sistema de gerenciamento informatizado e integrado, com utilização de cartões de abastecimento, com rede de postos credenciados disponíveis no Arquipélago do Marajó, bem como nos municípios de Belém e Região Metropolitana, Castanhal, Barcarena e Marabá**, destinados ao atendimento das demandas do Plano de Trabalho do Projeto nº 5720 UFPA/FADESP/CRDH – MARAJÓ (CONTRATO 127/2024).

1.2 O presente contrato será regido conforme as especificações técnicas e as demais condições descritas no Instrumento Convocatório de Seleção Pública de Fornecedores Nº 90003/2026 e no Termo de Referência, que são partes componentes e vinculantes deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela prestação de serviços, objeto da Cláusula Primeira, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor global de **R\$ XXXX,XX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, no qual estão incluídos todos os custos operacionais da atividade da **CONTRATADA**, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto deste contrato.

2.2 O pagamento à **CONTRATADA** será realizado de forma **mensal e parcelada**, conforme o efetivo consumo de combustíveis registrado no sistema de gerenciamento eletrônico, observado o limite financeiro mensal estabelecido no Termo de Referência e as condições a seguir:

2.3 O pagamento será feito mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente certificada ao Setor de Pagamento da FADESP e em até 10 (dez) dias úteis após a aprovação formal da Nota Fiscal, pela FADESP e pela coordenação do Projeto.

2.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CONTRATANTE** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.

2.5 Os pagamentos somente serão efetuados após comprovação por parte da **CONTRATADA** do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, quando couber.

2.6 A **CONTRATADA**, quando da apresentação da Nota Fiscal, deverá indicar obrigatoriamente a qual dotação orçamentária se refere o pagamento, utilizando para isso o número da ordem de fornecimento recebida na assinatura do contrato e o número do contrato da financiadora também indicado na ordem de fornecimento, sob pena de devolução da nota fiscal para o devido ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta do seguinte recurso: Projeto nº 5720 UFPA/FADESP/CRDH – MARAJÓ (CONTRATO 127/2024); Rubrica: Material de Consumo (33.90.30).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 A **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento do valor acordado à **CONTRATADA**, no prazo e condições estabelecidas neste contrato;
- b) Prestar à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos necessários à boa execução do objeto deste contrato;
- c) Outras decorrentes do presente Contrato.

4.2 A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Responsabilizar-se pela entrega do objeto deste contrato, obedecendo ao Instrumento Convocatório de Seleção Pública de Fornecedores Nº 90003/2026 e ao Termo de Referência, que integram o presente contrato;
- b) Disponibilizar e manter em funcionamento sistema de gerenciamento eletrônico de abastecimento, com acesso via web, permitindo à **CONTRATANTE** o acompanhamento em tempo real das operações realizadas;
- c) Garantir o fornecimento de combustíveis exclusivamente por meio de rede de postos credenciados, em funcionamento contínuo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, nas localidades previstas no Termo de Referência;
- d) Emitir e disponibilizar, sem ônus adicional, os cartões de abastecimento necessários, bem como providenciar o bloqueio, desbloqueio e a redefinição de senhas sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**;
- e) Assegurar que cada abastecimento seja realizado mediante identificação do condutor por senha pessoal e intransferível, registrando todas as informações exigidas no Termo de Referência;
- f) Garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, em conformidade com as normas e regulamentos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, responsabilizando-se integralmente por eventuais irregularidades;
- g) Substituir, às suas expensas e de forma imediata, qualquer combustível comprovadamente adulterado ou fora das especificações técnicas, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis;
- h) Disponibilizar atendimento técnico e operacional 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive para registro de ocorrências, suporte aos usuários e solução de falhas no sistema;
- i) Arcar com todas as despesas relacionadas à implantação, operação, manutenção do sistema, emissão de relatórios e demais custos necessários à execução do objeto contratual;
- j) Não transferir a outrem, por qualquer forma, as obrigações a ela impostas neste instrumento;
- k) Fornecer, por escrito, toda e qualquer informação sobre objeto deste contrato, quando solicitada pela **CONTRATANTE**;
- l) Indicar o preposto e seu substituto, com seus respectivos telefones e e-mails, que ficarão responsáveis pelos esclarecimentos e dúvidas;

- m) Responsabilizar-se pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo na execução deste contrato;
- n) Assumir, sob sua exclusiva responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas, seguros e multas consequentes do não cumprimento dessas e qualquer ônus fiscal de origem federal, estadual e municipal, qualquer responsabilidade judicial ou extrajudicial que lhe seja imputável, inclusive em relação a terceiros e todas as operações auxiliares ou complementares necessárias ao seu uso;
- o) Outras decorrentes do presente Contrato.

4.3 Caso a **CONTRATANTE** seja autuada, notificada, intimada ou condenada em razão do não cumprimento, em época própria, de qualquer obrigação atribuível à **CONTRATADA**, seja de natureza ambiental, fiscal, ou de qualquer outra espécie, assistir-lhe-á o direito de cobrar da **CONTRATADA** as quantias que lhe forem imputadas com os acréscimos legais, servindo este instrumento como título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** sujeitá-la-á, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência, nas hipóteses de irregularidades de menor gravidade que não comprometam o fornecimento;
- b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) do valor mensal contratado, por dia de atraso ou falha injustificada no fornecimento, limitada a 10% (dez por cento) do valor global do contrato;
- c) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato, nos casos de fornecimento em desacordo com as especificações técnicas, indisponibilidade injustificada do sistema ou falhas reiteradas no gerenciamento do abastecimento;
- d) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, na hipótese de inexecução total do objeto;
- e) Impedimento de licitar e contratar com a **CONTRATANTE**, nos termos da legislação aplicável;
- f) Declaração de inidoneidade, nos casos legalmente previstos.

5.2 Considerar-se-á atraso grave ou descumprimento contratual relevante a indisponibilidade injustificada do sistema, a não correção de falhas críticas ou o descumprimento continuado das obrigações contratuais por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis.

5.3 As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observada a gravidade da infração e o disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.3 A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou, quando não houver créditos suficientes, cobrada judicialmente, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, mediante comunicação formal e motivada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.2 Constituem, em especial, motivos para rescisão contratual:

- a) O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, especialmente quanto aos prazos, às especificações técnicas e aos limites de escopo definidos no Termo de Referência;
- b) A paralisação dos serviços sem justa causa ou sem autorização da **CONTRATANTE**;
- c) A interrupção ou restrição injustificada do abastecimento nas localidades previstas no Termo de Referência;
- d) O fornecimento de combustíveis em desacordo com as normas da ANP;
- e) A indisponibilidade reiterada do sistema de gerenciamento eletrônico que inviabilize o abastecimento;
- f) Razões de interesse público devidamente justificadas.

6.3 A rescisão não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por prejuízos causados à **CONTRATANTE**, nem do pagamento das penalidades eventualmente aplicáveis, assegurada a apuração de perdas e danos.

6.4 Em caso de rescisão, os serviços efetivamente executados e aceitos até a data da rescisão poderão ser pagos de forma proporcional, desde que não haja prejuízo à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente contrato vigorará, a partir da data de assinatura, pelo período de **03 (três) meses**.

7.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, a critério da **CONTRATANTE**, conforme dispõe o art. 28, do Decreto nº 8.241/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

8.1 O código-fonte, as funcionalidades, os ajustes, as melhorias e quaisquer outros resultados desenvolvidos especificamente no âmbito deste contrato, em atendimento ao seu objeto e às especificações constantes do Termo de Referência, terão como titular exclusiva dos direitos patrimoniais de propriedade intelectual a **CONTRATANTE**, assegurados a esta os direitos plenos, irrevogáveis e irretratáveis de uso, modificação, adaptação, manutenção, evolução, reprodução e reutilização, sem qualquer limitação territorial ou temporal.

8.2 A **CONTRATADA** cede à **CONTRATANTE**, de forma definitiva e gratuita, todos os direitos patrimoniais de autor relativos aos desenvolvimentos realizados especificamente para este projeto, nos termos da legislação aplicável, não sendo devido qualquer valor adicional além do previsto neste contrato.

8.3 A cessão de direitos prevista nesta cláusula não impede a **CONTRATADA** de reutilizar conhecimentos técnicos, metodologias, rotinas genéricas, bibliotecas e componentes de uso comum, desde que tal reutilização não envolva, direta ou indiretamente, dados, informações sensíveis, regras de negócio específicas, documentação interna ou quaisquer conteúdos desenvolvidos exclusivamente para o projeto objeto deste contrato.

8.4 A **CONTRATADA** compromete-se a entregar o código-fonte organizado, documentado e em condições que permitam sua manutenção, atualização e evolução futura pela **CONTRATANTE** ou por terceiros por ela indicados.

CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

9.1 A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e com as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

9.2 A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** desta cláusula quanto à proteção e uso de dados sensíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

10.1 Por força deste instrumento, todas e quaisquer informações reveladas, transmitidas e/ou divulgadas, por quaisquer meios (oral, escrito, mecânico, eletrônico ou magnético),

por uma das partes à outra, serão consideradas sigilosas, sendo ambas as partes obrigadas a manter sigilo sobre todos os dados levantados, bem como os resultados transformados em laudos, em qualquer época, sob pena de sofrer as sanções legais pertinentes à quebra do sigilo.

10.2 A CONTRATADA responsabiliza-se pela reparação de perdas e danos decorrentes da violação desta obrigação, responsabilidade esta que subsistirá após o término do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO

11.1 As partes, por seus representantes, obrigam-se a cumprir, e fazer cumprir, as normas, regras e procedimentos administrativos destinados a regulamentar a contratação direta ou indireta com a Administração Pública, comprometendo-se em inibir, combater e, por todos os meios razoáveis, evitar a prática de ações de corrupção, por seus representantes legais, funcionários e prepostos, bem como reprimir comportamentos similares, observando fielmente a disciplina contida na Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), regulada pelo Decreto nº 8.420/15.

11.2 No caso de descumprimento do disposto nesta cláusula por parte da **CONTRATADA**, inclusive por atos praticados por seus representantes legais, empregados ou prepostos, esta será a única e exclusiva responsável por todas as consequências legais, administrativas, civis e/ou penais decorrentes, obrigando-se a ressarcir integralmente a **CONTRATANTE** por quaisquer prejuízos, multas, condenações, custos ou despesas que esta venha a suportar. Fica, ainda, assegurado à **CONTRATANTE** o direito de regresso contra a **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades contratuais e legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONFORMIDADE COM NORMAS E POLÍTICAS DA FADESP

12.1 A CONTRATADA declara ter lido, compreendido e concordado integralmente com os termos do Programa de Integridade, do Código de Conduta, da Política Antinepotismo e Prevenção ao Conflito de Interesses, e da Política Anticorrupção e Relacionamento com o Setor Público da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), disponibilizados no endereço eletrônico: https://portalfadesp.org.br/?page_id=41557.

12.2 A CONTRATADA se compromete a observar rigorosamente os princípios, diretrizes e regras estabelecidos nesses documentos durante a execução do contrato, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos que possam gerar sanções contratuais, administrativas e legais.

12.3 Caso a **CONTRATADA** tenha conhecimento de qualquer situação que possa caracterizar violação às referidas normas e políticas, deverá comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** para as providências cabíveis.

12.4 A inobservância desta cláusula poderá resultar na rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

13.1 Não haverá vínculo empregatício entre o pessoal da **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, tampouco responsabilidade solidária ou subsidiária, na hipótese de eventual descumprimento de obrigações previdenciárias e trabalhistas pela **CONTRATADA** relativa ao seu pessoal envolvido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1 Qualquer modificação que afete os termos, condições ou especificações do presente Contrato deverá ser objeto de alteração por escrito, mediante a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA NOVAÇÃO

15.1 A tolerância entre as partes em relação ao cumprimento das obrigações constituirá sempre mera liberalidade, não ensejando, em qualquer tempo e título, motivo ou precedente alegável ou invocável para justificar o descumprimento de obrigações contratualmente assumidas, não caracterizando, sob qualquer forma, novação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As partes elegem desde já o foro da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências porventura suscitadas em torno deste contrato, em renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, de pleno acordo com todas as cláusulas e condições estipuladas, assinam o presente instrumento particular, juntamente com duas testemunhas, para os fins de direito.

Belém/PA, de de 2026.

Pela CONTRATANTE:



Prof. Dr. ROBERTO FERRAZ BARRETO

Diretor Executivo da FADESP

Pela CONTRATADA:

Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: